

ESTADO

De acordo com notícia que publicamos há poucos dias, a comissão nomeada pelo ministro da Educação para estabelecer diretrizes que promovam o aperfeiçoamento do ensino e aprendizagem da língua portuguesa, presidida pelo professor Abgar Renault, entregou seu relatório final, após cinco meses de trabalho. A referida notícia tem vários aspectos que merecem a nossa atenção, mesmo antes que nos chegue às mãos o mencionado relatório.

O primeiro aspecto que está, urgentemente, a merecer atenções é o problema do livro didático, que, evidentemente, não se refere apenas ao ensino da língua portuguesa, mas que a comissão tratou em função deste, conforme suas atribuições. O relatório acentua, de maneira enfática, uma questão realmente preocupante: trata-se do fato de que "90% dos livros disponíveis para os alunos do 1º grau nas escolas públicas são do tipo descartável ou consumível, o que prejudica a sua reutilização e também impede a salutar existência de bancos de livros nas escolas". Com razão o ministro Marco Maciel se rebelou contra esse fato, esperando o apoio de editores e professores para acabar de vez com o "livro descartável", já que, observou, o "livro didático pesa muito no orçamento da classe média": ora, com o uso dos livros "consumíveis", a família que mantém dois ou mais filhos nas escolas não pode ver os mesmos livros utilizados, sucessivamente, por todos eles. Mas não é só: num país pouco dado à leitura e aos livros, uma das funções insubstituíveis da escola é a

de criar o amor a eles. Ela deve ensinar à criança que o livro, afinal, é a base mesma da nossa civilização, que merece o maior zelo e carinho, que deve ser tratado não como um mero objeto entre outros, mas como algo inteiramente diferenciado; diríamos que deve ser tratado mais como se fosse quase uma pessoa — pela significação simbólica que cada livro encerra — do que como uma coisa.

Ora, o livro "descartável" acaba sendo visto, na medida em que é "consumido" e atirado ao lixo, como esses tantos outros objetos descartáveis — copos, guardanapos de papel, talheres de plástico etc. — que servem para facilitar a vida na moderna civilização industrial. Em lugar de ser valorizado como o bem essencial que ele é, acaba posto no mesmo nível que aqueles outros objetos a que nos referimos. Seria esse o caminho para levar ao hábito da leitura, ao amor pelo livro e, como consequência, à elevação dos padrões culturais que dependem desse objeto precioso? As próprias editoras, que afinal não editam apenas esses folhetos pseudodidáticos, cada vez piores, deveriam, até mesmo por interesse, já que o seu faturamento também depende de leitores que compram livros variados, abolir essa contrafação do livro, para dar a este o valor e o respeito que merece.

Tudo isso — e mais o preço elevado que as editoras estariam cobrando pelas suas contrafações didáticas — pode provocar a mais justificada das indignações, mas não justifica, de maneira alguma, sequer a idéia da "estatização do livro didático", que acabaria levando à criação de algu-

ma "Livrabrás", com consequências que não podemos imaginar como saudáveis, nem cultural, nem politicamente. Ainda bem que o ministro, membro de um partido que faz questão de ostentar o adjetivo *liberal* no próprio nome, esclarece que, na verdade, não deseja essa estatização, com a qual ameaça as editoras, mas a colaboração destas e dos professores, a fim de moralizar aquela que é, certamente, uma das "fatias" mais rendosas do mercado livreiro nacional. Mercado que pode crescer, de acordo com o próprio interesse das editoras, se estas, sem exceção, compreenderem a importância da valorização do "livro de verdade", eliminando o simulacro "descartável".

Há, além deste, outros aspectos a ressaltar na notícia. Um deles diz respeito ao baixo nível do ensino da língua portuguesa. Esse baixo nível é provocado por vários fatores, um dos quais é, precisamente, a má qualidade dos "descartáveis", boa parte deles elaborada menos com o intuito de ensinar a disciplina de que trata (o que acontece também em outras áreas, especialmente a de História) e mais com o de "catequizar ideologicamente" mentes juvenis e até infantis, que se quer ver a serviço de interesses e valores que não são os do mundo ocidental, a que pertencemos pela tradição e pelo amor à liberdade. Desse tipo de contrafação, aliás, é um significativo exemplo o livro intitulado *Reflexão e ação em língua portuguesa*, que mereceu, não faz muito, dois comentários nossos acerca do "cafajestismo intelectual".

Outro aspecto a examinar, este ressaltado pelo escritor e linguista

Antônio Houaiss, é o que ele denominou, com precisão, de "populismo pedagógico" e que consiste "na falsa democracia e liberalização defendidas por professores e diretores de escola, tirando a importância do ensino da língua". E, continua Houaiss, assim estão eles "utilizando a liberalização para promover a futura marginalização do indivíduo, com a conivência do Estado". E isso, isto é, essa pseudoliberalização, se apóia, acrescentemos, na esdrúxula teoria de que, sendo a *língua culta* o produto das classes ou dos grupos "dominantes", se poderia opor-lhe, com justiça, uma *língua inculta* (ou vários dialetos incultos) dos "dominados". Só que, mesmo sem entrar no mérito da explicação, se esquece, com ela, a diferença de possibilidades expressivas das "duas línguas" e o acesso que só a primeira — a *língua culta* — permite a uma visão ampla e enriquecida do mundo, enquanto a segunda, a *inculta*, condena o indivíduo a permanecer num universo pobre e estreito.

Mas, além de melhores livros didáticos, que recursos utilizar para a superação dessa marginalidade que a ignorância da *língua culta* provoca? No âmbito escolar, pelo menos, há de ser, antes de tudo, o do aumento significativo da permanência do aluno na escola, em número de anos e a cada dia — isto é, a intensificação da carga horária. Isso para ao menos tentar fazer de nossa escola de 1ª e 2ª grau algo mais sério e consistente do que é hoje.

Oportunamente, de posse do relatório da comissão, poderemos voltar ao assunto.